

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual  
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região****ATA DE REUNIÃO**

<b>DATA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>HORÁRIO</b>
25 de julho de 2022	Plataforma <i>Google Meet</i> - Videoconferência	início às 17h

**1 - IDENTIFICAÇÃO DA ATA**

<b>Nº da Ata</b>	012
<b>Nome da Demanda</b>	Reunião conjunta Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

**2 - PAUTA**

1. Assédio Institucional - Conclusões do evento realizado no dia 2 de maio de 2022 - “Assédio Organizacional e suas implicações na saúde mental” - para elaboração de propostas à Administração;
2. Justiça Restaurativa- Resolução CNJ Nº 225, de 31/05/2016 (alterada pela Resolução n. 458, de 6 de maio de 2022);
3. Notícias recebidas via formulário eletrônico da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio;
4. Assuntos Gerais.

**3 - PARTICIPANTES****3.1 - Comissão do Tribunal**

Desembargadora Luciane Storel	Magistrada indicada pela Presidência, Presidente da Comissão do Tribunal
Desembargadora Eleonora Bordini Coca	Magistrada eleita em votação direta entre os magistrados membros do tribunal, a partir de lista de inscrição
Juíza Zilah Ramires Ferreira	Magistrada indicada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho
Vladimir Nei Suato	Servidor indicado pela Presidência
Ivan Bagini	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual  
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

Isaias Clemente	Servidor eleito em votação direta entre os servidores efetivos do quadro, a partir da lista de inscrição
<b>3.2 - Comissão do Foro de 1º Grau</b>	
Juíza Milena Casacio Ferreira Per	Magistrada indicada pelo Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
Juíza Camila Moura de Carvalho	Magistrada eleita em votação direta entre os magistrados de 1º Grau, a partir da lista de inscrição
Andréa Azevedo	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região -Sindiquinze
Eliane Capelari Anselmo	Servidora Eleita entre os servidores do quadro do interior do estado, a partir de lista de inscrição
<b>Integrantes das Comissões de 1º e de 2º Grau</b>	
Thaís Cremasco	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
Paula Toniatti	Secretário de Gestão de Pessoas
Sérgio de Oliveira Cordeiro	Secretário de Saúde
Iara Cristina Gomes	Assessora de Gestão Estratégica

Ausentes, em férias, a Exma. Juíza Patrícia Maeda e o servidor Fauzi El Kadri Filho. Justificadas as ausências do servidor Jovane Coelho Ventura e da Assessora da Escola Judicial, Lara de Paula Jorge, neste ato representada pelo servidor Isaias Clemente.

Secretariou a reunião a servidora Juliana Hauptmann Borelli Thomaz, Assistente da Secretaria de Gestão de Pessoas.

**4 - DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS**

Aberta a reunião, a Excelentíssima Desembargadora Luciane Storel agradeceu a presença de todas e de todos e deu início à deliberação dos assuntos constantes da pauta:

**1. Assédio Institucional e 2. Justiça Restaurativa**

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storel lembrou os apontamentos que a Comissão apresentou sobre o evento realizado no dia 2 de maio de 2022 - “Assédio Organizacional e suas implicações na saúde mental” e abriu a palavra aos participantes para sugestões de políticas a serem desenvolvidas na Instituição para melhor conscientização sobre o assunto.

Sobre a forma de comunicação institucional e como as metas são cobradas, os participantes aprovaram renovar a recomendação apresentada pelo Comitê de Gestão de Pessoas.

Com relação ao apontamento referente ao assédio institucional, remoção e alta rotatividade, a Exma. Desembargadora Luciane Storel esclareceu que está em tramitação a proposta aprovada pelo Comitê de Gestão de Pessoas de normativo para tratar da remoção interna de servidores.

Paula Toniatti esclareceu que o PROAD 14126/2022 foi encaminhado no dia 22 de julho pela Diretoria-Geral à Secretaria de Gestão de Pessoas para manifestação e informações quanto às questões operacionais. Foi solicitado o envio de cópia da minuta aprovada para as Exmas. Desembargadoras Luciane Storel e Eleonora Bordini Coca.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel sugeriu a apresentação de um projeto piloto de Círculos de Paz com grupos restritos, em torno do tema “Assédio Institucional”, mais como uma prevenção, não como solução de conflitos.

A Exma. Desembargadora Eleonora Coca ressaltou que um dos princípios da Justiça Restaurativa é a voluntariedade e, após formatação do projeto-piloto de Círculo de Paz, não convidar, mas perguntar quais setores teriam interesse em participar.

A Exma. Juíza Zilah Ramires Ferreira esclareceu como está a capacitação da Justiça Restaurativa para solução de conflitos, destacando a excelência do curso e que foi concluída a parte teórica, mas que ainda neste segundo semestre será realizada a parte prática, o que trará mais segurança para o grupo.

A Servidora Andréa Azevedo informou que num dos casos recebidos pela Comissão do 1º Grau, o Jovane, que também participa da capacitação Justiça Restaurativa, usou da metodologia do Círculo da Paz com os envolvidos e que o resultado foi muito positivo para as partes envolvidas.

O Servidor Isaias Clemente pontuou que uma das características do Círculo é o sigilo e que na 1ª Instância não são os Juízes do caso que atuam na Justiça Restaurativa, mas outros Juízes, pois quem julga não participa.

A Exma. Eleonora Bordini Coca ressaltou que se a Comissão fizer uso da ferramenta da Justiça Restaurativa quem atuar como facilitador estaria impedido de emitir parecer ou decisão.

Após amplos debates e considerações, a Comissão aprovou que o grupo que está sendo capacitado em Justiça Restaurativa se reunirá e apresentará um formato mais elaborado do projeto para os Círculos de Paz, para deliberação da Comissão.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel declarou finalizados os debates sobre os assuntos do evento do

dia 2 de maio.

A Servidora Andréa Azevedo pontuou uma questão que surgiu na Comissão do 1º Grau e que foi transformada em Recomendação, sobre a comunicação específica via whatsapp, em relação a dias e horários, destacando que tem relação com o Assédio Institucional.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel sugeriu reiterar a recomendação já aprovada pelas Comissões para a utilização dos canais de comunicação institucional e para que o trabalho não ultrapasse 8 horas diárias, uma demanda que surgiu no grupo de trabalho e pesquisa sobre *burnout*, principalmente em razão do *home office*, recomendações aprovadas pelos participantes.

A Exma. Desembargadora Eleonora Coca sugeriu que, após finalizada a capacitação e realizado o projeto piloto, a Justiça Restaurativa seja incluída na proposta de normativo sobre a Política de Assédio.

### **3. Notícias de Assédio**

A Exma. Desembargadora Luciane Storel informou que a Comissão de 2º Grau recebeu duas notícias de supostos casos de assédio, mas que foram encaminhadas por reclamantes de ações trabalhistas e não público interno do Tribunal (Antônio e Marcelo). Esclareceu que os interessados relataram fatos ocorridos em seu local de trabalho e que já haviam ajuizado reclamação trabalhista. A Exma. Presidente da Comissão comunicou que respondeu previamente aos interessados por e-mail, no sentido de que a Comissão somente tem competência para apuração de notícias dentro do tribunal, da instituição, não sendo o caso dos interessados, como relatado, e sugeriu a ambos, a par disso, que possam levar ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho ou ao Sindicato de classe, para providências mais efetivas.

Os membros presentes validaram as respostas apresentadas pela Exma. Desembargadora Presidente da Comissão do Tribunal aos interessados Antônio Douglas Nunes de Campos ([lelumari1412@gmail.com](mailto:lelumari1412@gmail.com)) e Marcelo Bernardino ([marcelobernardino@gmail.com](mailto:marcelobernardino@gmail.com)).

### **4. Assuntos Gerais**

A Exma. Desembargadora Luciane Storel esclareceu que na proposta de normativo há a previsão de uma rede estadual com as Comissões de prevenção e enfrentamento do assédio e outros órgãos. Propôs contatos com Universidades (UNICAMP, UNESP, USP), MPT (que já tem integrante na Comissão), Defensoria Pública e outros órgãos do Estado de São Paulo para operacionalizar a criação dessa rede. Ressaltou a importância da troca de experiências e formação de parcerias no âmbito da competência da Comissão.

A Dra. Thais Cremasco voluntariou-se para entrar em contato com a Unicamp, PUC-Campinas e MPT para

**Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual  
no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

firmar parcerias.

O Servidor Ivan Bagini colocou o Sindiquinze à disposição para contato com o TRE/SP e TRF.

As Exmas. Desembargadoras Luciane Storel e Eleonora Coca se comprometeram a contactar TJ/SP e TRT-2ª Região.

As Comissões aprovaram a indicação da Servidora Andréa Azevedo como suplente do Ivan nas oportunidades que este não puder comparecer e o encaminhamento para a Presidência para inclusão na Portaria de Atualização da composição das Comissões.

Ficou definido o dia 22 de agosto às 17h para a próxima reunião.

A Exma. Desembargadora Presidente da Comissão do Tribunal, agradecendo a participação e o trabalho de todos, encerrou a videoconferência.

**5 – APROVAÇÃO DA ATA**

Divulgada por e-mail em	Data	09/08/2022
Considerada aprovada em	Data	12/8/2022